
O INTELLECTUAL ENTRE O PERTENCIMENTO DE CLASSE E A AUTONOMIA INDIVIDUAL

Nildo Viana*

O presente artigo visa discutir o intelectual enquanto indivíduo e integrante da intelectualidade. Para efetivar isso será necessário discutir a classe intelectual, em primeiro lugar, e depois a questão da relação indivíduo-classe para chegar até ao caso específico do intelectual. O ponto de partida será uma análise da intelectualidade, mostrando seu caráter de classe social e não de “categoria” ou “camada” como colocam alguns ideólogos. Essa reflexão é complementada com uma análise da autoimagem que a classe intelectual faz de si mesma e qual é sua função na sociedade capitalista. O passo seguinte será analisar a relação entre indivíduo e classe social, especialmente no caso entre intelectual e intelectualidade. Essa reflexão desemboca na questão do intelectual revolucionário, que é aquele que consegue um maior grau de autonomização diante de sua classe. Por fim, algumas considerações finais complementam a reflexão sobre os intelectuais e sua relação com a classe intelectual.

Intelectualidade: Categoria ou Classe Social?

Antes de qualquer coisa é necessário retomar a questão da intelectualidade. A sociedade capitalista expande a divisão social do trabalho como nenhuma outra sociedade anterior, na qual além das classes sociais e suas subdivisões (frações de classe) são acompanhadas por novas divisões (categorias profissionais, grupos de interesse, etc.). Neste contexto, a intelectualidade às vezes é considerada uma categoria social, às vezes uma classe social, entre outras possibilidades. Por uma questão de espaço, não poderemos discutir estas concepções, mas tão-somente apresentar nossa posição diante desta questão. Mas antes disso devemos questionar a ideia de que a intelectualidade é uma categoria social. Esta é a posição de Michael Löwy:

* Professor da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.

Que é um intelectual? Trata-se sem dúvida de um ser bizarro e difícil de classificar. A primeira evidência é que o intelectual pode ser recrutado em todas as classes e camadas da sociedade: pode ser aristocrata (Tolstói), industrial (Owen), professor (Hegel) ou artesão (Proudhon). Em outros termos, os intelectuais não são uma classe, mas uma categoria social; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extra-econômicas da estrutura social; do mesmo modo que os burocratas e os militares se definem por sua relação com o político, os intelectuais situam-se por sua relação com a superestrutura ideológica. Quer dizer: os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais. Ocupam, então, um lugar específico naquilo que se poderia chamar de processo de produção ideológica, o lugar dos produtores imediato, que se distingue daquele do empresário, do administrador ou do distribuidor de bens culturais. Os intelectuais assim definidos compreendem grupos como os de escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes, etc. Eles constituem o setor “criador” de uma massa mais ampla de “trabalhadores intelectuais” (por oposição aos “trabalhadores manuais”) que inclui as profissões liberais, os empregados, os técnicos, etc. São também o setor desta mais distante da produção econômica (Löwy, 1979, p. 1).

Esta definição é que é bizarra, além de ser inexata e sua fundamentação demasiada fraca para ser convincente. Em primeiro lugar, a discussão é superficial e busca em apenas uma página resolver o problema da posição do intelectual na divisão social do trabalho. Em segundo lugar, confunde condição social e origem social (ou, em nossos termos, origem de classe e condição de classe), ao colocar que o intelectual pode ser recrutado em qualquer classe ou “camada”. Aqui se revela a confusão entre o produtor de ideias e o profissional do trabalho intelectual, sendo que Gramsci já havia feito a distinção entre intelectuais profissionais e produtores de ideias¹. Em terceiro lugar, apresenta uma concepção limitada de classes sociais (“não se definem por seu lugar no processo de

¹ “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 1982, p. 7). Gramsci está correto ao postular que todos produzem uma “visão de mundo”. Porém, mais do que isso, potencialmente todos podem produzir um saber complexo sobre a realidade, embora isto seja limitado por determinadas relações sociais e condições de classe. Agora, a função de intelectuais é a de uma categoria profissional, segundo Gramsci, ou seja, atividade profissional específica. Desta forma, qualquer operário ou camponês produz ideias e alguns indivíduos destas classes podem produzir concepções filosóficas de mundo ou teorias desenvolvidas, graças a situações específicas destes indivíduos e nem por isso se tornam “intelectuais”, no sentido social do termo, que, para nós, remete a uma condição de classe. Daqui podemos derivar algumas conclusões: *todos os seres humanos são seres conscientes, possuem e desenvolvem sua consciência*, de forma mais ou menos complexa, mais ou menos ampla, etc. Porém, alguns produzem um saber relativamente complexo sobre a realidade (seja sob a forma de filosofia, teologia, ciência, literatura, etc.), mas nem todos dentre estes *se dedicam exclusivamente ao trabalho intelectual e pertencem à intelectualidade como classe social*. Aqui temos que distinguir entre pensadores, produtores de ideias relativamente desenvolvidas e complexas sem ser um profissional do trabalho intelectual, e intelectuais, profissionais, especialistas do trabalho intelectual, pertencentes a uma classe social específica, a intelectualidade. A confusão entre estes dois tipos (pensadores e intelectuais) é um dos grandes obstáculos para a compreensão da intelectualidade e serviu para transformar um profissional (o intelectual) em algo ideal (o pensador). Obviamente que é com o desenvolvimento do capitalismo que começa a haver uma separação entre pensador e intelectual, com a diminuição do primeiro e aumento do segundo, embora também ocorra o caso de um pensador se tornar intelectual.

produção”), que nem sequer é discutida e aprofundada. Em quinto lugar, a discussão sobre “categoria social” não é desenvolvida, apenas se coloca que são grupos ligados à superestrutura (ao “político” ou “ideológico”)².

Esta concepção é questionável pelo seu caráter anistórico, pois não compreende o processo histórico de gênese da intelectualidade como classe social (e por isso os exemplos de intelectuais de “várias classes ou camadas” são de séculos passados ou países de capitalismo incipiente). Difícil seria dar exemplos atuais de “intelectuais” em todos estes grupos e classes e, mais ainda, no sentido exato de intelectuais por profissão e não por apenas produzir ideias.

A intelectualidade, na sociedade capitalista³, é uma classe social. Isto significa, entre outras coisas, que ocupa um determinado lugar na divisão social do trabalho. Obviamente não há espaço aqui para discutir de forma aprofundada o conceito de classe social e por isso nos limitaremos a alguns breves apontamentos. As classes sociais são originadas da divisão social do trabalho, sendo que do modo de produção dominante emerge as duas classes fundamentais, a classe exploradora/dominante e a classe explorada/produtora. Além das classes constituídas no modo de produção dominante, há também as classes geradas pelos modos de produção subordinados, quando estes existem, e de modos de produção pré-existentes, sendo que estas tendem a diminuir progressivamente com o avanço do modo de produção dominante. Além destas classes oriundas da divisão social do trabalho na esfera da produção, existem as classes aquarteladas nas formas de regularização das relações sociais, que são grandes agrupamentos de indivíduos que exercem determinadas atividades voltadas para auxiliar a classe dominante no processo de dominação ou exercendo atividades manuais ou

² Löwy não indica nenhuma bibliografia de aprofundamento da questão, o que revela mais uma vez a superficialidade de sua análise. Podemos remontar esta concepção seja na tradição leninista seja na tradição estruturalista, que, no fundo, é um desdobramento academicista da primeira. A sua definição de “categoria social” é semelhante à de Poulantzas (1977) e de Cueva (1974), representantes do estruturalismo e leninismo, respectivamente.

³ Isto significa que o termo “intelectualidade” encontra setores com atividades semelhantes na divisão social do trabalho em sociedades pré-capitalistas, e não iremos tratar aqui de tais setores. Obviamente que, apesar das semelhanças, também existem inúmeras diferenças. A questão é se é possível usar o mesmo termo para qualificar esses agrupamentos. A princípio, isso pode dar impressão de continuidade histórica e que esta classe é anistórica (tal como a burocracia e o campesinato, quando definidos de forma ampla). Daí se poderia distinguir entre intelectualidade antiga, medieval e moderna, o que é um recurso problemático. Contudo, é necessário reconhecer a historicidade da intelectualidade e sua localização na sociedade moderna, enquanto que os demais setores com atividades semelhantes na divisão social do trabalho em sociedades pré-capitalistas devem receber denominação adequada e, se possível, deveria ser a que recebiam na sua época. Não nos propomos a fazer isto no presente texto, o que deixamos para outra oportunidade ou para o trabalho de outros pesquisadores. Não custa lembrar, também, que o termo “intelectualidade” emerge na sociedade capitalista.

subordinadas nas formas de regularização (Viana, 2007; Viana, 2006). Estes dois setores, os auxiliares e os subalternos, são todos “funcionários das formas de regularização”, mas não possuem uma unidade, pois exercem atividades diferenciadas e possuem posições sociais diferentes. A sua unidade, no primeiro caso, pode ser expressa na ideia de que são classes auxiliares e sua diferença em suas atividades específicas, se destacando a burocracia e a intelectualidade, no caso da sociedade moderna. A unidade, no segundo caso, se encontra no fato de formarem a classe dos trabalhadores de serviços, apesar das atividades variadas e outras diversas diferenças e subdivisões, que, no entanto, não são suficientes para constituir mais de uma classe social, sendo apenas uma.

Após esta breve apresentação do conceito de classes sociais, então definimos a intelectualidade como uma classe social (Viana, 2006) e não como categoria social. É uma classe auxiliar da burguesia, tanto pelas atividades que executa, quanto pelas relações, interesses e rendimentos que recebe. Logo, é uma classe conservadora, responsável pela produção de ideologias, saber técnico, tecnologias, e outros elementos voltados para a reprodução da sociedade capitalista e, por conseguinte, os interesses da classe dominante. É uma classe social formada por trabalhadores assalariados improdutivos, isto é, que não produz mais-valor, e sua renda é advinda do mais-valor global oriunda da exploração do proletariado, cujo pagamento é mediado principalmente, mas não unicamente, pela classe capitalista ou pelo Estado burguês.

Por sua posição social e atividades específicas, é uma classe extremamente próxima da burocracia e a passagem do pertencimento da intelectualidade para a burocracia é algo relativamente fácil, principalmente em determinadas atividades e instituições. Sua aliança com a burocracia também é bastante conhecida (Viana, 2006). Ela também mantém proximidade com a burguesia, principalmente seus estratos mais elevados. Uma cumplicidade cultural (científica, artística, etc.) se manifesta na relação entre burguesia e intelectualidade em seus estratos superiores.

Sendo uma classe social, a intelectualidade produz, com base em seu modo de vida e interesses, valores e concepções próprias, ideologias que legitimam seus rendimentos superiores e privilégios e que busca sua autovalorização e de suas atividades. Os trabalhadores intelectuais realizam a valorização da sua atividade, que passa a ser considerada “superior”. Isso legitima sua existência, rendimentos, *status* social, etc.⁴.

⁴ Uma das críticas mais contundentes à intelectualidade foi a realizada por Makhaisky (1981), que, por questão de espaço, não poderemos apresentar aqui.

A “função” do intelectual: ou sua autoimagem ideológica

Desde a emergência da sociedade moderna, os intelectuais passaram a discutir sua “função”, “papel”, “compromisso”, “missão”, “vocação”. Sob estas palavras que apontam para discutir a finalidade (e legitimidade, por conseguinte) do intelectual, o que se produziu foi uma autoimagem ideológica do intelectual e sua suposta “função”: “funcionário do universal” (Hegel, Fichte, iluminismo). Fichte, por exemplo, tratou da “vocação” (ou “missão”, dependendo da tradução) do sábio (Fichte, 1999)⁵, no qual afirma, no espírito da revolução burguesa, a vocação universalista do intelectual, representante dos direitos humanos. Trata-se, sem dúvida, do que Sartre (1994) denominou “o universal burguês”, no qual a classe burguesa diz representar todo o terceiro estado, transformando seus interesses particulares de classe em interesses universais da população, visando se tornar nova classe dominante (Marx, 2020). Assim, os intelectuais desta época expressam o humanismo burguês.

Esta autoimagem ideológica universalista do intelectual vai ser abalada no século 19, especialmente após o chamado “caso Dreyfus”. Ao lado do intelectual que insiste em sua vocação pseudouniversalista, emergem duas novas ideologias disputando a primazia na definição do papel do intelectual. A fissura do “papel do intelectual” fez emergir dois campos que disputam o direcionamento da orientação do intelectual: o intelectual conservador, representante da nação, povo ou raça (o exemplo francês de Barrès; o caso dos intelectuais e nazismo, bem como Heidegger, etc.) e o intelectual representante da “justiça universal”, da “humanidade”, expresso pelos chamados intelectuais progressistas, como Emile Zola, caso exemplar.

Na verdade, a vocação universalista continua existindo e se manifesta, por exemplo, no livro de Julien Benda, *A Traição dos Intelectuais*. Benda condena todos os intelectuais que cedem às “paixões laicas” (nacionais, raciais, classistas ou partidárias) e retoma a vocação pseudouniversalista. O intelectual deve se dedicar aos “valores universais”, e serem “clérigos” e não “laicos”, mostrando que a vocação aqui se torna semirreligiosa, tal como se vê na linguagem utilizada (Benda, 2007)⁶.

⁵ Trata-se de *Lições sobre a Vocação do Sábio* (1999), que teve seu capítulo mais importante traduzido como “*A Missão do Sábio*” (apud. Bastos e Rego, 1999).

⁶ O principal capítulo desta obra foi traduzido e incluído em Bastos e Rêgo (1999), que possui o mesmo título do livro.

Porém, estas diferenças são, na verdade, variações da mesma ideologia. Todos os intelectuais, conservadores ou progressistas, acalentam a vocação universalista, mas colocam um compromisso secundário para o intelectual (a nação, a raça, para os conservadores; o partido ou a classe, para os progressistas, ou, em termos mais abstratos, a reprodução da tradição e da moral ou a responsabilidade social).

Uma terceira tendência é a que manifesta sua crença numa suposta vocação universalista, não assumindo nenhum compromisso explícito⁷, seja com a classe dominante, seja com as classes exploradas. Essa terceira tendência é uma manifestação modernizada da vocação pseudouniversalista do intelectual. Assim, na França, mais especificamente, há os intelectuais como Barrès, Zola e Benda, exemplos das três tendências acima aludidas. Uma outra tendência seria a dos intelectuais pseudomarxistas (social-democratas ou leninistas) que dizem ser a “vanguarda do proletariado”, sendo este representante do universal, mas, no fundo, expressam os interesses de classe da burocracia moderada ou radicalizada.

A ideologia da vocação universalista acaba desembocando na ideologia da autonomia do intelectual. Esta se expressa, no mundo científico, sob a forma do discurso da neutralidade e autonomia, da qual Weber (1992) e Durkheim (1974) são alguns dos grandes ideólogos. Uma posição diferenciada é a de Mannheim, que aceita a ligação com as classes sociais, mas postula que os intelectuais são um “grupo intelectual relativamente descomprometido” (Mannheim, 1982). O que na esfera científica aparece como “neutralidade”, na esfera artística irá aparecer através do discurso da “arte pela arte” ou “autonomia da arte” (Viana, 2007).

No entanto, quem expressa a realidade nesse caso é Sartre. Para ele, não existe intelectual “neutro”: *“Ainda que fôssemos mudos e quietos como pedregulhos, nossa passividade seria uma ação”*; *“Cada palavra tem repercussão. Cada silêncio também”* (Sartre, 1999). A suposta neutralidade da intelectualidade, ou “autonomia”, ou “vocação universalista” não passa de uma ideologia criada pelos próprios intelectuais para se legitimar e autovalorar, além de se colocar acima dos conflitos de classes (mesmo sendo parte da luta de classes e interferindo nela, fazendo-se de pedregulho...).

Obviamente que aqui não poderemos realizar uma análise geral de todas as espécies de intelectuais e suas diversas formas de manifestação e nem esgotar as formas ideológicas de legitimação e autoavaliação, apesar de ter colocado sua base em linhas

⁷ Implicitamente se revela o seu vínculo com a classe dominante, o que, em alguns casos é relativamente fácil identificar, e, em outros, é mais difícil.

gerais. Um quadro mais completo deveria assumir um caráter de análise histórica desde a emergência da intelectualidade, apresentar as diversas modalidades existentes e a renovação da ideologia da intelectualidade⁸.

A íntima relação entre intelectuais e burocracia, por sua vez, não pode ser esquecida. A proximidade social, inclusive a mobilidade relativamente fácil de uma para outra cria compromissos e alianças, bem como ideologias. Nesse caso, de Lassale, passando por Kautsky até chegar a Lênin e Gramsci, temos uma união entre intelectuais e burocratas no âmbito ideológico. Os burocratas são legitimados pela ideologia da necessidade de dirigentes e muitas vezes estes se legitimam por serem considerados “portadores do saber técnico”, “da consciência revolucionária”, etc. Daí a “ideologia da vanguarda”, na qual os intelectuais burgueses e pequeno-burgueses irão produzir a “consciência revolucionária” (Lênin, 1978) e não os proletários de carne e osso. Sempre se renova esse tipo de ideologia, como se vê de Daniel Bell a Toni Negri e Maurizio Lazzarato, sendo que para estes últimos o trabalho imaterial se tornou o novo produtor de riqueza⁹.

É importante, no entanto, distinguir entre as várias espécies de intelectuais. Os intelectuais vinculados com as burocracias partidárias, geralmente progressistas, tendem a assumir um discurso autolegitimador que remete para os “trabalhadores” ou “proletariado”. Os estratos superiores da burocracia se vinculam diretamente com a burguesia, sendo conservadora. O vínculo dos intelectuais com este setor da burocracia é mais raro. Porém, uma parte da burocracia partidária (a social-democrata, trabalhista, etc.) é vinculada e subordinada à classe capitalista, sendo que somente em alguns momentos e contextos existe algum conflito (eleitoral, partidário, etc.) entre esses dois setores da

⁸ Nesse caso, as metamorfoses das formas de autoimagem ideológica dos intelectuais estão ligadas às mudanças sociais e divisões internas entre os intelectuais e sua posição geral de classe na sociedade. Recentemente, uma nova forma de ideologia dos intelectuais emergiu, que podemos denominar de cínicos. Os cínicos são diferentes dos hipócritas. Os hipócritas são aqueles que “pregam, mas não cumprem”, são os dissimulados, os moralistas que rompem na prática com sua moral exposta no discurso. Enfim, eles afirmam uma moral/conduta no discurso e a negam na prática (“façam o que eu falo, mas não façam o que eu faço”). Os cínicos são aqueles que negam uma moral/conduta no discurso e a realizam na prática. Obviamente que todos os indivíduos e intelectuais são perpassados por contradições, pressões, etc. (não se trata de uma “crítica moralista” e limitada, partindo de um cânone abstrato e sim análise de práticas e discursos reais num contexto social preciso e com objetivos e valores que apontam para a emancipação humana) e por isso não se trata de pequenas contradições, de atos produzidos por constrangimentos externos ou discurso que nem sempre pode se concretizar na prática e sim um *ethos*, um modo de ser. O intelectual cínico é aquele que se torna bastante comum com a emergência do paradigma subjetivista (Viana, 2019), especialmente a ideologia pós-estruturalista (Viana, 2009), tal como no caso de intelectuais que negam a “teoria” através da “teoria” (Foucault) ou revela as mesquinhas disputas e objetivos no “campo científico” e as reproduz (Bourdieu). Os intelectuais hipócritas são muito mais antigos e numerosos.

⁹ Para uma crítica de Negri e Lazzarato e a ideologia do trabalho imaterial, cf. Viana, 2009.

sociedade (a fração mais moderada da burocracia e a burguesia) e é a que aglutina a maior parte da intelectualidade. A burocracia radicalizada, que existe nos seus estratos inferiores, aglutinam os intelectuais também dos estratos inferiores, também mais radicalizados.

O que interessa destacar aqui é que a intelectualidade é uma classe auxiliar da burguesia, assim como a burocracia. No entanto, tal como esta última, ela tem divisões internas e setores mais ou menos conservadores. Existe um setor minoritário e pouco expressivo dentro da burocracia e da intelectualidade que querem se autonomizar e apontar para se tornar uma nova classe dominante. O mais comum são os setores mais reformistas e moderados que querem ocupar o poder e se colocar no cume da pirâmide social no capitalismo.

Uma parte dos intelectuais pode até se iludir com a ideia de “autonomia” ou “neutralidade”, mas essa ilusão apenas facilita a prática de reprodução do capitalismo com suposta “consciência tranquila”. Uma outra parte, a dos intelectuais autenticamente revolucionários, já se posiciona diferente, tanto numa perspectiva crítica sobre a classe intelectual como sobre o conjunto da sociedade, conseguindo uma autonomização efetiva.

De qualquer forma, a intelectualidade, como classe, é uma classe auxiliar da burguesia e, nesse sentido, não há nada mais ilusório do que a ideia de que ela seria neutra, autônoma ou caminho para a solução dos problemas da sociedade moderna. Ela é conservadora, mesmo em seus setores progressistas, pois além do progressismo ser uma forma esclarecida de conservadorismo, as suas tendências mais extremistas apontam, no máximo, para substituir a burguesia privada por uma burguesia estatal, transformando o capitalismo privado em capitalismo de Estado.

Essa discussão sobre a autoimagem ideológica não busca apenas compreender as formas de consciência e o nebuloso mundo das ideologias produzidas pelos intelectuais. Ela contribui com a compreensão da classe intelectual como um todo, bem como com suas práticas, concepções e posições políticas. Toda autoimagem produz ou legitima práticas, ela antecede ou sucede práticas concretas, modos de agir e ser, no cotidiano, nas relações de trabalho e nas ações políticas, bem como nas produções intelectuais em geral. Nesse sentido, a autoimagem dos intelectuais possui um caráter mobilizador. Entender a intelectualidade significa entender sua condição de classe e os interesses, valores, concepções, que derivam dela e que a reproduz e reforça. Entender que a classe intelectual é uma classe auxiliar da burguesia é fundamental para entender a real função da intelectualidade na sociedade capitalista. A função da intelectualidade no capitalismo é,

por um lado, a produção cultural, tal como determinado pela divisão social do trabalho, e, por outro, produzir ideologias, técnicas, tecnologias, legitimação, entre outros produtos culturais, para garantir a reprodução da sociedade capitalista. A função da intelectualidade na sociedade moderna é a produção cultural para a reprodução do capitalismo. As demais “funções” que as autoimagens ideológicas produzem são ilusórias e reforçam o processo de legitimação dessa sociedade e da autolegitimação da classe intelectual¹⁰.

A crítica da intelectualidade e a luta por desvincular indivíduo e classe intelectual passa pela crítica da sua autoimagem ideológica. Tarefa fundamental e que aqui nos limitamos a expor sua necessidade e deixaremos para outra oportunidade o seu desenvolvimento e aprofundamento.

Indivíduo e classe: intelectualidade e intelectuais

Ao constatar que a intelectualidade, como classe auxiliar da burguesia, é conservadora e perceber, através da observação da história da sociedade capitalista, que alguns intelectuais podem romper com sua classe e expressar outra, tal como Pannekoek, Korsch, Sartre, entre outros, emerge a questão: como isso é possível?

Para entender isso é necessário discutir, mesmo que brevemente, a relação entre indivíduo e classe social. O pertencimento de classe de um indivíduo é uma determinação fundamental de seus interesses, ações, concepções, valores, etc. O indivíduo é um ser que manifesta sua classe social. O conceito de socialização assume importância fundamental para entender o processo de formação social do indivíduo, que possui um caráter universal e ao mesmo tempo histórico-particular. No processo de socialização, o ser humano se torna ser social, que é o aspecto universal, mas, ao mesmo tempo, é socializado para viver e reproduzir determinadas relações sociais, que são as da sociedade na qual ele nasceu e para o grupo social no qual ele pertence, uma determinada classe social, entre outras determinações (Viana, 2011).

No caso específico da intelectualidade, na sociedade atual, um grande contingente de intelectuais tem sua origem na própria classe. Ou seja, filhos de intelectuais geralmente se tornam também intelectuais (variando de estrato, etc.), devido à bagagem cultural (Viana, 2018) e saber funcional acumulado transmitido via família, ou “capital cultural”

¹⁰ Só é possível escapar disso através da ruptura com a classe intelectual, o que alguns setores dessa classe podem fazer e aí, nesse caso específico, desenvolver outro compromisso. Sem tal ruptura, a função é a reprodução do capitalismo, sem possibilidade de vir a ser outra coisa. Para uma análise das posturas que os intelectuais desenvolvem, cf. Viana (2015).

(Bourdieu; Passeron, 1982). Porém, como o processo de integração na intelectualidade é garantido não via herança e sim via processo educacional, parte dos seus integrantes é oriundo de indivíduos provenientes de outras classes sociais (proletariado, campesinato, pequena burguesia, burocracia, etc.) e parte de filhos oriundos de famílias da classe intelectual se transferem para outras classes sociais (burocracia, proletariado, etc., significando, portanto, ir para uma classe superior ou para uma classe inferior, dependendo das condições concretas de vida desse indivíduo e sua família, bem como suas decisões e diversas outras determinações).

Esse processo de socialização é continuado através da ressocialização efetivada durante a juventude, que é quando ocorre a tendência de definição de pertencimento de classe dos indivíduos, sendo que em grande parte dos casos há a reprodução da condição de classe já existente. Isto, no entanto, não anula as diferenças entre os diversos setores da intelectualidade (por estrato, *status*, profissão, etc.). No entanto, além das diferenças oriundas das escolhas profissionais, condição de classe, entre outras, há também a singularidade psíquica de cada indivíduo, proporcionada pelo seu processo histórico de vida e pelas relações sociais travadas durante esse processo e no qual ele vai formando sua mentalidade (Viana, 2011). Devido a isto, o indivíduo possui uma autonomia relativa e através dela faz suas escolhas e delimita seu campo de pensamento e ação, bem como vínculos sociais.

No caso da divergência entre pertencimento e identificação de classe, ou seja, quando um indivíduo pertence a uma classe social e se identifica com outra, aí a discrepância é maior e ocorre mais raramente no caso de serem classes antagônicas (burguesia-proletariado) ou de conjunto de classes opostas (classes superiores e classes inferiores) no sentido de cima para baixo (da burguesia e classes superiores em geral para as classes inferiores). No sentido contrário, é mais fácil alguém do proletariado se identificar com a burguesia do que o contrário, tendo em vista a mentalidade dominante e, da mesma forma, no caso geral das classes superiores. Essa dificuldade também é menor em caso de classes com situação social semelhante – tal como o caso da burocracia e intelectualidade, pois um indivíduo pode se identificar com a outra com relativa facilidade e sem grandes conflitos (sociais ou pessoais).

É comum a ideia de que a intelectualidade tende a identificar com os “menos favorecidos” e até se cunhou, através de um carnavalesco, a imagem de que “quem gosta de miséria é intelectual”. Sem dúvida, entre as classes superiores, é muito mais fácil ao intelectual (do que a um burguês ou um grande burocrata), se aproximar, mesmo que

discursivamente, das classes inferiores. Porém, isso, na maioria das vezes, é ilusório. Em parte isso é exagerado porque a crítica é oriunda dos setores mais reacionários da sociedade, e por isso o mero estudo e pesquisa sobre classes inferiores e críticas superficiais a governos ou políticas públicas aparece como sendo de “esquerda”. A intelectualidade é aliada da classe dominante e apresenta, devido suas pesquisas, necessidade de estar acima dos preconceitos mais cotidianos, entrelaçamento com a política, e por isso é mais cautelosa do que membros de outras classes sociais. Alguns setores da intelectualidade (seus estratos mais baixos, os que disputam espaços já dominados por outros e precisam de alianças de outras classes ou grupos, integrantes de partidos de esquerda, etc.) tendem a assumir um discurso mais progressista.

Porém, muitos intelectuais dizem que são adeptos das lutas dos trabalhadores. Isso sendo verdade, então seriam trânsfugas de classe, ou seja, seriam intelectuais por pertencimento de classe, mas sua identificação seria com o proletariado ou outra classe inferior. Sem dúvida, devido ao marxismo, e de certa forma ao leninismo, bem como devido ao movimento operário, determinados partidos (social-democratas, comunistas, etc.) e intelectuais fazem questão de mostrar seu suposto compromisso com a classe operária. Isto, no entanto, é mero discurso em muitos casos. Há aqueles que realizam uma ruptura parcial com seu pertencimento de classe e diz estar ao lado do movimento operário. Estes se enquadram no que Erich Fromm (1986) denominou “caráter rebelde”, são pessoas insatisfeitas com sua posição social e por isso questionam e contestam o poder, as autoridades, mas tão logo conseguem melhorias individuais, se aliam ao poder e autoridades que antes combatiam (Fromm, 1986). Alguns mantêm uma certa ambiguidade, devido não conseguir superar totalmente seu pertencimento de classe e assim mesclam valores e ideias correspondentes à sua classe com a do proletariado ou demais classes inferiores e outros setores desfavorecidos da sociedade.

A ruptura total com o pertencimento de classe só ocorre, no seio da intelectualidade, em casos mais raros, e isto forma o intelectual revolucionário. Por questão de espaço, não será possível aqui aprofundar o processo de análise da formação concreta do intelectual revolucionário¹¹, mas é preciso deixar claro que essa formação remete ao processo histórico de vida do indivíduo em questão, tal como suas origens de classe, valores, relações sentimentais, formação intelectual e suas possibilidades, acesso a cultura

¹¹ Entenda-se por intelectual revolucionário um indivíduo pertencente à intelectualidade como classe e que é efetivamente revolucionário e não qualquer intelectual que o diga ou qualquer produtor de ideias que não pertença à classe dos intelectuais.

contestadora, insatisfação com a profissão e sociedade atuais, as lutas sociais e sua radicalização, etc. É claro que, em determinados momentos de ascensão das lutas proletárias há a tendência de um número maior de intelectuais se aproximar do movimento operário. Essa aproximação pode se tornar permanente ou fugaz após o refluxo do movimento dependendo das outras determinações que o indivíduo possui, ligadas ao seu processo histórico de vida.

É por isso que durante as tentativas de revoluções proletárias nos anos 1920 muitos intelectuais se aproximaram do movimento revolucionário do proletariado, tal como Lukács, Gramsci, entre outros, e tão logo o movimento perdeu sua força e foi derrotado em alguns países ou hegemônico pela burocracia (metamorfoseada em burguesia estatal) em outros, eles acabaram capitulando diante da classe dominante. Outros, no entanto, mantiveram a nova posição assumida (Korsch, por exemplo). Alguns o fizeram com menor radicalidade devido ao novo contexto histórico. Desta forma, alguns intelectuais são revolucionários momentaneamente, coincidindo com a ascensão das lutas revolucionárias do proletariado, e outros são permanentemente (alguns, inclusive, antes da ascensão de tais lutas, tal como no caso de Marx, embora sua classificação como membro da intelectualidade seja um tanto quanto inexato). Aqui se revela a autonomia relativa do indivíduo diante sua classe de pertencimento, derivada de suas relações sociais específicas e sua personalidade (singularidade psíquica), promovendo seu compromisso com a emancipação humana. Outra forma de autonomia individual revela em suas ideologias e inserção específica, mas que aqui não nos interessa, já que o foco é apenas uma forma assumida por determinados indivíduos, dos que se engajam na luta pela transformação social num sentido revolucionário.

A Práxis do Intelectual Revolucionário

É comum a discussão sobre o “papel do intelectual”. Porém, quando se trata do intelectual revolucionário, ao invés do construto “papel”, mais válido é o uso do conceito de práxis, atividade teleológica consciente, o que significa, nesse caso, expor os objetivos conscientes do intelectual. O *ethos* do intelectual revolucionário difere do *ethos* do intelectual não-revolucionário, pois além das concepções e práticas diferenciadas no que se refere à questão política, também há diferenças em outros aspectos, inclusive na própria prática intelectual (ou seja, no exercício da atividade profissional e na sua produção cultural).

Sartre oferece uma excelente contribuição para pensar a práxis do intelectual revolucionário. Ele distingue entre o intelectual conservador, técnico/especialista do saber prático, que é um especialista preocupado com seu papel intelectual e humanista burguês e o intelectual “moral” (ideal), que aqui chamamos de intelectual revolucionário. Claro que Sartre não denomina este segundo tipo de intelectual como “moral” ou “ideal” e nem revolucionário, e sim como simplesmente intelectual. Porém, no fundo, ele distingue o intelectual profissional, pertencente à intelectualidade como classe, do intelectual que é o nível mais elevado do produtor de ideias e com compromissos mais amplos do que os meramente profissionais.

Sartre coloca a necessidade de superação do particularismo de classe (intelectualidade) e luta pela universalização (que, seria, segundo Sartre, um componente da própria prática do trabalho do intelectual e remete ao método dialético). Sartre, nesse aspecto específico, acaba realizando uma confusão. O intelectual não tem nada de universalista, nem em sua prática intelectual, que é, aliás, cada vez mais técnica e especializada. Sartre aqui cede aos encantos da ideologia dominante, apesar disso não retirar seu mérito na análise geral e em suas propostas, pois apenas mostra certa ilusão quanto à intelectualidade.

Outros elementos que Sartre considera importante na ação do intelectual é a luta constante contra a ideologia, a autocrítica perpétua (consciência, por parte do intelectual, da sua situação de classe e de suas contradições e opção pelas “classes desfavorecidas”), associação concreta e sem reservas com as “classes trabalhadoras”¹². Estes itens são importantes e expressam a necessidade de vínculo teórico e prático com o movimento revolucionário, o caráter crítico que deve revestir a produção cultural no sentido de demolir as ideologias e a autocrítica perpétua, no qual o intelectual se reconhece como membro da classe dos intelectuais e vê suas próprias contradições e as resolve se aliando ao proletariado e outros setores desfavorecidos da sociedade.

Sartre também aponta quais são as características do trabalho do intelectual nessa perspectiva: a) lutar contra a reprodução da ideologia nas classes exploradas (“herói positivo”, “culto da personalidade/autoridade”; “magnificação do proletariado”); b) usar o saber acumulado para elevar as classes exploradas a uma cultura universal; c) formar técnicos do saber prático nas classes exploradas, como “intelectuais orgânicos”; d)

¹² Sartre não apresenta um rigor conceitual nessa questão e por isso usa “classes desfavorecidas”, “proletariado”, “classes trabalhadoras”, “classes populares”, “massas”, como se fossem termos equivalentes.

recuperar sua “finalidade”: universalidade do saber, liberdade de pensamento, verdade; e) radicalizar a ação em curso: ir além dos objetivos imediatos e mostrar os objetivos a longo prazo, a universalização como fim histórico das “classes trabalhadoras”; f) lutar contra todo o poder, inclusive contra “os partidos de massas” e “aparelho da classe operária”, sendo guardião dos objetivos históricos e por isso defender a unidade entre meios e fins.

A luta contra as ideologias (e não só sua reprodução no interior das classes exploradas) é fundamental, bem como buscar ampliar o arsenal cultural da população e reforçar a produção de pensadores no proletariado. Também é inquestionável a necessidade de colocar os interesses históricos do proletariado indo além das questões imediatas, o que já está no *Manifesto Comunista* (Marx; Engels, 1988) e faz parte da estratégia revolucionária não só da ação de intelectuais mas de todos que lutam pela emancipação humana (Viana, 2008) e lutar contra todo o poder.

O único elemento questionável nesses pontos levantados por Sartre é a ideia de que o intelectual deve recuperar sua “finalidade”: universalidade do saber, liberdade de pensamento, verdade, pois embora estes princípios estejam de acordo com os objetivos revolucionários, o problema é o pressuposto que isto está contido nos intelectuais e que remete a resquícios de ilusão de Sartre com os intelectuais. Enquanto objetivos dos intelectuais revolucionários, está adequado, pois esses devem lutar pela universalidade do saber, liberdade de pensamento e verdade. Porém, somente os intelectuais revolucionários fazem isso. Nesse sentido, delimitando para “intelectual revolucionário”, a afirmação de Sartre deixa de ser problemática.

Assim, é necessário apresentar os limites de Sartre. O seu texto sobre intelectuais é um dos melhores já escritos em todos os tempos. Porém, o livro padece do problema da abstração metafísica oriunda da filosofia, o que gera imprecisão e uma análise que contrapõe o intelectual real e um intelectual ideal sem aprofundar as condições de possibilidade do segundo. Outro problema é a falta de uma ruptura total com os partidos e a burocracia, pois em alguns momentos acaba recuando na crítica dos mesmos. Devido seu pertencimento de classe e formação social, Sartre mantém a crença de que a profissão do intelectual tem caráter universal, o que é uma concessão à autoimagem ideológica dos intelectuais. Por isso, Sartre ainda raciocina a partir da intelectualidade e sua pretensa universalização, superando parcialmente isto ao ir além e mostrar os limites dos intelectuais e os objetivos que deveriam buscar concretizar.

Por fim, para discutir a práxis do intelectual revolucionário, é importante retomar Marx. Sem dúvida, é possível fazer como Sartre e aplicar ao intelectual revolucionário o mesmo que Marx abordou em relação aos comunistas: não forma uma posição à parte do proletariado, defende seus interesses históricos e gerais, etc. Um elemento fundamental na práxis do intelectual revolucionário é partir da perspectiva do proletariado na produção intelectual e prática política. E basta lembrar que, segundo Marx, “o proletariado é revolucionário ou não é nada”. Neste sentido, cabe ao intelectual revolucionário ser “expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado”, tal como Korsch (1977) definiu o marxismo.

Porém, isto é tarefa não apenas do intelectual revolucionário, mas também de todo pensador e militante. Há, obviamente, uma especificidade na condição de classe do intelectual revolucionário que gera tarefas específicas para ele. A isso Sartre denominou “autocrítica perpétua”. O intelectual revolucionário deve manter uma forma de relação com sua profissão diferenciada dos demais intelectuais, bem como sua classe. O primeiro elemento é a não-identificação de classe, sua autoimagem e suas instituições. O intelectual revolucionário pertence à intelectualidade como classe, devido suas atividades profissionais específicas e tudo que é derivado daí (rendimentos, local de trabalho, relações sociais involuntárias, etc.). Porém, ao não se identificar com sua condição de classe, pode realizar a crítica da intelectualidade como classe auxiliar da burguesia. Ao fazer isso, também deve romper com a autoimagem ideológica produzida pela intelectualidade durante toda a sua história, denunciar o seu falso universalismo e mostrar seus vínculos com a classe dominante. Também deve realizar a crítica das instituições nas quais trabalha e executar práticas diferenciadas no seu interior, na medida do possível.

A crítica das ideologias e das instituições de reprodução do capitalismo deve gerar a crítica das ideologias legitimadoras dos intelectuais e de suas instituições. Nenhum intelectual é “neutro” e por isso ninguém deve ser poupado; é necessária a “crítica desapiedada do existente”. Tal como o proletário, o intelectual deve negar sua classe, mas, ao contrário do proletário, essa negação não é imanente e sim transcendente. Ou seja, o proletariado nega a si mesmo devido sua condição de classe e interesses históricos, o que faz o indivíduo proletário realizar o mesmo processo. A intelectualidade tem como interesses imediatos e históricos o seu fortalecimento e reprodução, devido sua condição de classe, o que gera o conservadorismo do intelectual¹³. É por isso que não se trata de

¹³ “A classe dos intelectuais, hoje, não é revolucionária como classe, e não pode ser revolucionária, enquanto que o proletariado, justamente como classe, é revolucionário” (Lukács, p. 12)

pensar que a intelectualidade se tornará, em seu conjunto, revolucionária, mas tão somente alguns indivíduos desta classe. Tal como colocou o jovem Lukács: “Porém, os intelectuais podem converter-se em revolucionários só como indivíduos; podem abandonar sua classe para poder participar na luta de classe do proletariado” (Lukács, 1978, p. 12). Neste sentido, o intelectual tem que romper com sua identificação com a intelectualidade e expressar os interesses históricos do proletariado, o que significa transcender sua condição e interesses de classe de pertencimento e tornar seus os interesses históricos do proletariado. O indivíduo que é intelectual rompe individualmente com sua classe, o indivíduo proletário rompe coletivamente, pois é o próprio proletariado que se nega ao negar o capital e ao fazer isso aponta para sua própria autoabolição como classe social.

Considerações Finais

A relação entre indivíduo e classe social é complexa. Os indivíduos trazem em si as marcas de sua classe social, pois esta possui um modo de vida particular que se impõe a eles, bem como interesses e luta, que os constroem a agir da forma como agem. Esse elemento mais imediato esconde outros elementos característicos das classes sociais, pois esse modo de vida, interesses e luta comum que caracterizam os indivíduos pertencentes a uma classe social são derivados da divisão social do trabalho, que, por sua vez, é determinada pelo modo de produção dominante¹⁴.

Porém, embora esses aspectos sejam essenciais, não são os únicos. A sociedade capitalista (deixando as demais sociedades classistas de lado) geram subdivisões e novas subdivisões derivadas. As classes sociais podem ser subdivididas por frações, estratos, etc. Isso gera diferenciações internas. Além disso, os intelectuais também pertencem a determinadas instituições (um clérigo se vincula a uma igreja; um filósofo a uma universidade; um psicanalista a uma associação psicanalítica, etc.) e grupos sociais diferentes (homens, mulheres, brancos, negros, etc.), bem como possuem concepções políticas (fascistas, nazistas, conservantistas, liberais, republicanos, social-democratas, bolchevistas, anarquistas, marxistas, etc.), religiosas (cristãos, judeus, muçulmanos, etc.) e tudo isso tem subdivisões. Num nível ainda mais concreto e particular, cada indivíduo possui uma personalidade, que expressa sua singularidade psíquica, sua individualidade, formada em seu processo histórico de vida.

¹⁴ Sobre isso, cf. Viana (2012).

É por isso que alguns indivíduos não se identificam com sua classe social. O seu processo histórico de vida com suas relações sociais específicas e sua formação de personalidade, tendem a adequá-lo à sua classe social (mesmo que não tenha consciência disso, pois não se trata de adesão a uma determinada concepção e sim expressão de um modo de vida, interesses, luta e tudo que é derivado disso, como costumes, representações, etc. quer se perceba que é de uma classe ou não). Assim, alguns indivíduos são trânsfugas e abandonam sua classe, como proletários que se tornam burocratas, intelectuais, camponeses, entre outras possibilidades; burgueses que se tornam proletários, intelectuais, burocratas, entre outras possibilidades; lumpemproletário que se torna proletário, camponês, etc.; intelectuais que se tornam burocratas, operários, lumpemproletários, burgueses, entre outras possibilidades.

Assim, a classe intelectual é conservadora e a maioria esmagadora, sua quase totalidade, também é. Claro que é possível dividir entre “conservadores” e “progressistas”, mas esses são apenas “conservadores esclarecidos”. Mesmo entendendo que há uma diferença grande entre eles, o que só existe efetivamente entre os dois extremos do conservadorismo e do progressismo, há uma identificação entre ambos no que se refere à classe intelectual. O intelectual reacionário entende que o “papel” do intelectual é unir a nação e reforçar a nacionalidade; o intelectual republicano pode considerar que é a “defesa da democracia”; o social-democrata que é apoiar e defender as reformas sociais para a maioria da população e o bolchevista que é ser vanguarda e dirigente do proletariado, da revolução e do estado que brotaria de sua conquista do poder político. Em todas essas concepções, a classe intelectual é bem vista e tem uma função importante na história. Sem dúvida, existem algumas posições divergentes, tal como hoje, com o paradigma subjetivista sendo hegemônico, no qual se coloca o intelectual como apenas um “intérprete” (Bauman, 2010)¹⁵ ou um reprodutor da “polifonia” existente, entre outras ideologias.

O único que escapa disso é o intelectual revolucionário (ou “engajado”, como coloca Sartre). Ele não só não se identifica com sua classe, como a critica e percebe seu vínculo social com a classe dominante. A passagem de um indivíduo para uma outra classe social, pode ocorrer através da chamada “ascensão social”, como um camponês que ganha na loteria ou um filho de proletários que através dos estudos consegue se tornar um intelectual (geralmente dos estratos inferiores, tal como, por exemplo, um professor

¹⁵ Para uma crítica, cf. Viana, 2023.

de ensino primário), ou então da “descensão social”, que é quando um indivíduo de família burguesa que entra em falência e passa a pertencer à classe intelectual, burocracia, proletariado, etc. Porém, se o movimento de ascensão social é voluntário, o de descensão social é involuntário.

O intelectual revolucionário tem seu pertencimento à classe intelectual por herança familiar, seguindo os passos dos pais, geralmente. Mas ele pode ser oriundo da burguesia e outras classes superiores. No caso do intelectual de origem burguesa, isso pode ter sido provocado pela descensão social, tal como perda do capital pela família, ou por preferência individual, ou, ainda, por não identificação com a classe de pertencimento acompanhada de uma posição revolucionária. Muitos intelectuais revolucionários saíram de famílias burguesas ou latifundiárias. Porém, a sua quantidade é relativamente pequena. A maioria dos intelectuais revolucionários são oriundos da classe intelectual ou das classes inferiores, especialmente do proletariado.

Por isso é importante distinguir origem, pertencimento e identificação de classe. A origem pode ser proletária, o pertencimento pode ser em relação à classe intelectual, mas a identificação pode ser com a burguesia ou com o proletariado. Os intelectuais que possuem origem de classe nas classes inferiores possuem uma tendência maior – e quantitativamente ocorrem mais casos nesse sentido – a se tornarem revolucionários do que os que possuem sua origem nas classes superiores (no caso da intelectualidade isso é mais equilibrado, inclusive por causa dos seus diversos estratos). A origem é importante, pois não deixa de existir e faz parte da história do indivíduo, que mantém, mesmo indo para outra classe, alguns elementos do modo de vida e outros elementos de sua classe de origem. Por exemplo, um intelectual oriundo das classes superiores tende a reproduzir preferências artísticas, tal como as musicais, que eram da sua classe anterior (música clássica, por exemplo) e um intelectual oriundo das classes inferiores tende a esconder seu gosto antigo (música brega ou folclórica, por exemplo) ou mudá-lo, se adequando ao que é aceito na nova classe, sendo que uns tentar unir os dois gostos musicais, se aliando ao populismo (que justifica tudo que é de “origem popular”¹⁶, inclusive o que despolitiza e desumaniza).

¹⁶ O que existe de origem popular, efetivamente, como a música folclórica e parte da música popular, é mais raro. A maior parte da música popular contemporânea se origina através da imposição do capital comunicacional, sendo adotado e reproduzido pela população, o que é diferente de sua “origem”. Uma coisa é o samba, que tem origem popular, e depois vai se adaptando e metamorfoseando, outra coisa é o “funk brasileiro”, cujo nome já revela suas origens estrangeiras.

Assim, um indivíduo pode ter origem em uma classe e passar a pertencer a outra classe e se identificar com a classe anterior ou a atual, ou nenhuma delas. O intelectual revolucionário de origem burguesa, por exemplo, tem sua origem na classe capitalista, seu pertencimento à intelectualidade, e sua identificação com o proletariado (como classe revolucionária, e não como classe determinada pelo capital)¹⁷. O intelectual revolucionário de origem proletária tem sua origem na classe operária, seu pertencimento à intelectualidade e sua identificação com o proletariado (revolucionário). Esse processo é diferente em casos diferentes, sendo complexo e envolvendo múltiplas determinações.

O que interessa aqui, e que foi foco de nossa reflexão, é entender que uma coisa é o indivíduo pertencente à classe intelectual, outra coisa é sua identificação com uma determinada classe social ou, mais especificamente, com a intelectualidade. Os intelectuais tendem a se identificar com sua classe, ou seja, com a intelectualidade. E é o que ocorre com todos os indivíduos de todas as classes, pois geralmente eles tendem a se identificar com sua classe, embora nas classes inferiores, por suas condições de vida, isso seja mais contraditório. A maioria dos intelectuais se identificam com a intelectualidade. A maioria dos indivíduos das classes superiores tendem a se identificar com sua própria classe, enquanto que nas classes inferiores essa tendência se reproduz, mas a proporção tende a ser menor.

Entre as classes superiores, é na intelectualidade que a identificação com outras classes sociais é mais presente, quantitativamente. Alguns se identificam com a burguesia, ou, ainda, a burocracia, enquanto que alguns poucos se identificam com o proletariado (e, mais raramente ainda, com outra classe social). Em outras classes superiores isso é mais raro e mais contraditório. Existem dois elementos que reforçam essa posição específica da intelectualidade entre as classes sociais¹⁸. O primeiro elemento é social: a intelectualidade é, entre as classes superiores, a que detém menos renda e poder (e, em seus extratos inferiores, possuem maior proximidade com o proletariado e as demais classes inferiores, especialmente nas regiões mais pobres). O segundo elemento é cultural: a intelectualidade, por ser uma classe que tem como função a produção cultural, então possui a tendência a uma maior reflexão e mais informações que possibilitam uma

¹⁷ Marx usava os termos hegelianos “em-si” e “para-si” para explicar as diferenças entre a classe social tal como constituída pela divisão social do trabalho e, no caso do capitalismo, determinada pelo capital (o modo de produção capitalista determina tal divisão e constitui as classes sociais) e a classe autodeterminada, que cria sua própria associação para defender seus interesses de classe. Sobre isso, cf. Viana, 2012).

¹⁸ Além disso existem as crises, as lutas de classes, os momentos de radicalização das lutas sociais, o que podem levar setores da intelectualidade para uma ou outra posição diante do contexto social.

percepção mais crítica da realidade social. É por isso que nos estratos superiores da intelectualidade o conservadorismo reina absoluto (mesmo que de forma moderada ou disfarçada, ou, ainda sob a máscara de um progressismo abrandado) e nos demais, até chegar nos mais baixos, tendem a ser mitigado. Porém, nos estratos inferiores é um processo contraditório, pois a formação tende a ser menos desenvolvida (local de formação, condições de estudo, etc.), as condições de trabalho e de vida tendem a ser um obstáculo para o desenvolvimento intelectual e militância, etc.

Porém, esses processos apenas reforçam que a relação entre indivíduo e classe social, e, mais especificamente, entre intelectual e intelectualidade, é complexa e que não se pode deduzir uma posição política ou identificação de classe automaticamente do pertencimento de classe. E, no caso da classe intelectual, a incoerência entre pertencimento de classe e identificação é mais comum do que em outras classes sociais. E isso reforça a possibilidade de maior autonomia individual, pois um desenvolvimento mais amplo da consciência de si e das relações de classes sociais permite ao indivíduo se colocar criticamente diante de sua própria classe social e se vincular a outras classes.

A conclusão final é a de que a classe intelectual é conservadora, mas os indivíduos intelectuais não são necessariamente conservadores. Eles tendem a ser, e efetivamente são, conservadores, mas existem exceções. As exceções são explicadas pelos casos concretos oriundos do processo histórico de vida dos intelectuais que não se identificam com sua classe num sentido revolucionário e pelas lutas de classes na sociedade moderna.

Referências

BASTOS, Elide R.; RÊGO, Walquíria (orgs.). *Intelectuais e Política. A Moralidade do Compromisso*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e Intérpretes. Sobre Modernidade, Pós-Modernidade e Intelectuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, J-C. *A Reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CUEVA, Agustin. *La Concepcion Marxista de las Clases Sociales*. Revista Debate e Crítica, num. 03, Julho de 1974.

DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. 6ª edição, São Paulo: Nacional, 1974.

FICHTE, J. G. *Lições Sobre a Vocação do Sábio*. Lisboa: Edições 70, 1999.

FROMM, Erich. *O Dogma de Cristo*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LÊNIN, W. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários. A Evolução Política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: LECH, 1979.

LUKÁCS, György. *El Problema de la Organización de los Intelectuales*. In: *Revolucion Socialista y Antiparlamentarismo*. 2ª edição, México: PYP, 1978.

MAKHAÏSKY, J. W. *O Socialismo de Estado*. In: Tragtenberg, M. (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANNHEIM, Karl. *O Problema do Intelectual*. In: FORACCHI, Marialice (org.). *Mannheim*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: MARX, Karl; VIANA, Nildo. *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, O Manifesto Inaugural do Materialismo Histórico*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 8ª Edição, São Paulo: Global, 1988.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SARTRE, Jean-Paul. *Em Defesa dos Intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. *Os Tempos Modernos – Apresentação*. In: BASTOS, Elide R. e RÊGO, Walquíria (orgs.). *Intelectuais e Política. A Moralidade do Compromisso*. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História. Ensaio Sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. *A Intelectualidade como Classe Social*. Revista Espaço Acadêmico, Ano VI, num. 63. Agosto de 2006. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/063/63esp_viana.htm acessado em: 01/06/2010.

VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

VIANA, Nildo. *As Esferas Sociais. A Constituição Capitalista da Divisão do Trabalho Intelectual*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

VIANA, Nildo. Bauman e a Função dos Intelectuais. In: BUNGENSTAB, Gabriel (org.). *Com Bauman, Contra Bauman. Diálogos Iniciais*. Goiânia: Ragnatela, 2023.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIANA, Nildo. *Marxismo e Cultura. Práxis Comunal*, v. 01, num, 1, 2018.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. vol. 1, São Paulo: Cortez, 1992.

RESUMO:

O presente artigo aborda a questão do intelectual como indivíduo e sua relação com sua classe social, a intelectualidade. O problema levantado é se o intelectual está preso à seu pertencimento de classe ou se possui autonomia individual. Para analisar essa questão se realiza reflexões sobre conceito de classes sociais, classe intelectual, pertencimento de classe, relação entre indivíduo e classe, relação entre intelectual e intelectualidade. A conclusão do trabalho aponta para a constatação de que o indivíduo intelectual está determinado pelo seu pertencimento de classe, mas que, apesar disso, alguns podem romper com sua classe de pertencimento e que esse processo é mais fácil do que em outras classes sociais da sociedade capitalista.

Palavras-Chave: Indivíduo, Classes Sociais, Pertencimento de Classe, Intelectual, Intelectualidade, Autonomia Individual.

ABSTRACT:

This article addresses the question of the intellectual as an individual and his relationship with his social class, the intelligentsia. The problem raised is whether the intellectual is tied to his class membership or whether he has individual autonomy. In order to analyze this issue, reflections are made on the concept of social classes, intellectual class, class belonging, relationship between individual and class, relationship between intellectual and intellectuality. The conclusion of the work points to the realization that the

intellectual individual is determined by his class membership, but that, despite this, some can break with their class of belonging and that this process is easier than in other social classes of society capitalist.

Keywords: Individual, Social Classes, Class Belonging, Intellectual, Intellectuality, Individual Autonomy.

RESUMEN:

Este artículo aborda la cuestión del intelectual como individuo y su relación con su clase social, la intelectualidad. El problema que se plantea es si el intelectual está atado a su pertenencia de clase o si tiene autonomía individual. Para analizar este tema, se hacen reflexiones sobre el concepto de clases sociales, clase intelectual, pertenencia de clase, relación entre individuo y clase, relación entre intelectual e intelectualidad. La conclusión del trabajo apunta a la constatación de que el individuo intelectual está determinado por su pertenencia de clase, pero que, a pesar de ello, algunos pueden romper con su clase de pertenencia y que este proceso es más fácil que en otras clases sociales de la sociedad capitalista.

Palabras clave: Individuo, Clases Sociales, Pertenencia de Clase, Intelectual, Intelectualidad, Autonomía Individual.

RESUMO:

Ĉi tiu artikolo traktas la demandon de la intelektulo kiel individuo kaj lian rilaton kun lia socia klaso, la intelektularo. La problemo levita estas ĉu la intelektulo estas ligita al sia klasa membreco aŭ ĉu li havas individuan aŭtonomion. Por analizi tiun ĉi aferon oni faras pripensojn pri la koncepto de sociaj klasoj, intelekta klaso, klasa aparteno, rilato inter individuo kaj klaso, rilato inter intelektulo kaj intelekteco. La konkludo de la laboro montras al la konstato ke la intelekta individuo estas determinita de sia klasa membreco, sed ke, malgraŭ tio, kelkaj povas rompi kun sia klaso de aparteno kaj ke tiu procezo estas pli facila ol en aliaj sociaj klasoj de kapitalisma socio.

Ŝlosilvortoj: Individuo, Sociaj Klasoj, Klasa Aparteno, Intelektulo, Intelektueco, Individua Aŭtonomio.